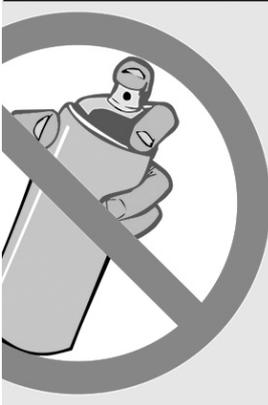


- Cada um dos itens da(s) prova(s) objetiva(s) está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da(s) sua(s) prova(s) objetiva(s).
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova(s) poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### PICHAÇÃO É CRIME!



Conforme o art. 65 da Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), é crime pichar edificação ou monumento urbano. Em caso de condenação, a pena varia de três meses a um ano de detenção e multa.

Em se tratando de ato realizado em monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena varia de seis meses a um ano de detenção, e a multa é ainda maior.

Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário.



Internet: <www.meu-cantinho2014.blogspot.com> (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Seriam mantidas a correção gramatical e as ideias originais do texto se o último período do texto — “Não constitui crime (...) consentida pelo proprietário” — fosse reescrito da seguinte forma: Quando consentida pelo proprietário a *grafite*, que se faz por meio de manifestação artística com vistas a valorizar o patrimônio, seja ele público ou privado, não é crime.
- 2 No texto, predomina a tipologia instrucional, uma vez que seu propósito comunicativo é conscientizar o leitor acerca do que são pichação e *grafite*, a fim de convencê-lo a não cometer crimes.
- 3 Observa-se uma polarização de ideias no texto: de um lado, o produtor do texto apresenta uma opinião negativa acerca da pichação; do outro, uma visão positiva acerca da “prática de grafite”.
- 4 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados se, no período “Conforme o art. 65 (...) monumento urbano”, o trecho “é crime pichar edificação ou monumento urbano” fosse reescrito da seguinte forma: pichar edificação ou monumento urbano é crime.
- 5 Justifica-se o emprego de vírgula após as palavras “condenação” (primeiro parágrafo) e “histórico” (segundo parágrafo) com base na mesma regra de pontuação.

### Texto CB3A1-I

1 As consequências da extinção de línguas são diversas e irreparáveis. O desaparecimento de línguas tem impacto imediato na perda de diversidade cultural.

4 O desconhecimento da diversidade linguística por grande parte da população brasileira é sustentado pela representação de uma suposta unidade da língua portuguesa, ou seja, pela ideia de que a língua portuguesa é a única língua falada no país. Essa falta de conhecimento e de valorização leva, por conseguinte, à marginalização e à discriminação de grupos falantes de outras línguas.

10 A construção de uma política específica para a diversidade linguística constitui uma iniciativa que busca a valorização da diversidade linguística do país. Atuar para a sustentabilidade da diversidade linguística, entretanto, exige a articulação de produção de conhecimento sobre as línguas existentes no território nacional e de valorização e promoção dessas línguas.

13 As línguas faladas por grupos sociais minoritários requerem atenção especial de uma política de salvaguarda da diversidade linguística, pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade linguística. Tal situação decorre não só do fato de essas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos, mas também da falta de conhecimento sobre elas. Colocar no mapa as centenas de línguas ainda ocultadas pela representação majoritária de um país com uma única língua talvez seja o caminho mais significativo para o reconhecimento das línguas como patrimônio cultural.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL**: patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2016, p. 23-4 (com adaptações).

Com relação às ideias e à tipologia do texto CB3A1-I, julgue os itens que seguem.

- 6 O texto foi construído com o uso de elementos que caracterizam a tipologia argumentativa.
- 7 Conforme o texto, a ideia de um Brasil monolíngue tem consequência negativa para o reconhecimento da verdadeira realidade linguística do país.
- 8 O autor do texto defende que a extinção de línguas é resultado de vários fatores, entre eles a ausência de políticas voltadas à diversidade linguística e o desconhecimento dessa diversidade.
- 9 Conforme o texto, o sucesso de uma política voltada à sustentabilidade da diversidade linguística depende da sua potencialidade de unificar o conhecimento sobre as línguas existentes no Brasil, com o propósito de valorizá-las e promovê-las.
- 10 O texto aponta que a vulnerabilidade das línguas faladas por grupos sociais minoritários relaciona-se ao número de falantes dessas línguas e ao grau de conhecimento que se tem acerca delas.

11 Depreende-se do texto que uma política voltada para a diversidade linguística garante a valorização dessa diversidade a partir de ações de desconstrução da suposta riqueza expressiva do português e de conscientização da população acerca da realidade linguística do país.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB3A1-I, julgue os itens seguintes.

- 12 No texto, o adjetivo “diversas” (ℓ.2) foi empregado com o sentido de **variadas**.
- 13 A locução “por conseguinte” (ℓ.9) introduz no período uma ideia de oposição e equivale à conjunção **entretanto**.
- 14 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a partícula “se”, em “pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade linguística” (ℓ. 20 e 21), fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “encontram”, da seguinte forma: encontram-se.
- 15 Seriam mantidas a correção gramatical e as ideias originais do texto se o período “Tal situação decorre (...) de conhecimento sobre elas” (ℓ. 21 a 24) fosse reescrito da seguinte forma: Essa situação não apenas decorre do fato dessas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos, mas também pela ausência de conhecimento sobre elas.
- 16 No texto, a expressão “Colocar no mapa” (ℓ.24) pode ser entendida tanto como **Mapear geograficamente** quanto como **Trazer ao conhecimento público**.

#### Texto CB3A1-II

1 A construção da ideia de patrimônio cultural se deu no bojo de dois processos históricos muito importantes para o Ocidente: a constituição dos Estados-nações europeus e a instituição da história como um campo específico de conhecimento. Não é difícil entender essa relação íntima entre eles. Para unificar populações, culturas, territórios, foi preciso elaborar a própria ideia de nação, que se fundamenta em alguns elementos estruturantes: um conjunto de pessoas que partilha uma cultura, uma língua, uma origem comum, uma única identidade. Nesse contexto, a história foi um poderoso elemento de legitimação dessa ideia de nação, pois era preciso buscar suas origens no passado, evidenciando a continuidade, o caráter e a força do povo que a constituía.

16 A concepção do passado como “herança da nação” está dada como fundamento mesmo da possibilidade de futuro — e, nesse sentido, é necessário preservá-lo, garantir a existência de seus vestígios e sinais, para usufruto das gerações que virão. O Estado, como poder legítimo instituído, que zela pelo bem da coletividade, torna-se o principal agente nesse processo de guarda da memória. Com isso, voltamos à ideia de patrimônio: tudo aquilo que “restou” do passado, que constitui vestígio das experiências vividas e do potencial de criação de um povo, pode vir a se tornar patrimônio da nação.

Mônia Silvestrin. *Tratando de conceitos*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional*. Brasília: IPHAN, 2014, p. 21-2 (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto CB3A1-II,

- 17 o Estado destaca-se como protagonista na tarefa de guarda da memória de uma nação.
- 18 por ter unificado pessoas, culturas e territórios a partir de um ideal de nação, a história, entendida como área do conhecimento, tornou-se o elemento garantidor da legitimidade dos Estados-nações.
- 19 é possível que um elemento caracterizado como resquício do passado e como testemunho das experiências e da capacidade criativa de um povo venha a ser tratado como patrimônio da nação.

20 a ideia de patrimônio cultural surgiu inicialmente na Europa, como resposta à criação dos Estados-nações e à definição da história como área do saber.

Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto CB3A1-II.

- 21 O sinal de dois-pontos na linha 9 e o travessão na linha 17 foram empregados com a mesma finalidade: introduzir uma enumeração que fornece detalhes acerca do conceito de “nação” explorado no texto.
- 22 As formas pronominais “suas”, em “suas origens” (ℓ.13), e “a”, em “que a constituía” (ℓ.14), remetem ao mesmo referente: “ideia de nação” (ℓ.12).
- 23 A substituição da forma verbal “partilha” (ℓ.9) por **partilham** preservaria a correção gramatical do texto.
- 24 Na linha 18, o termo “de seus vestígios e sinais” qualifica o substantivo “existência”.
- 25 O emprego do sinal indicativo de crase em “à ideia de patrimônio” (ℓ.22) é facultativo, razão por que a supressão desse sinal manteria o sentido original do texto e sua correção gramatical.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e no Decreto-lei n.º 25/1937, julgue os itens seguintes.

- 26 O decreto-lei em apreço limita-se a organizar a proteção do patrimônio artístico material nacional.
- 27 A CF considera como patrimônio cultural brasileiro os bens imateriais e materiais que portem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Julgue os itens a seguir com base nas Leis n.º 3.924/1961 e n.º 11.483/2007.

- 28 Embora deva receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), o IPHAN não pode utilizar recursos captados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para preservar e difundir a Memória Ferroviária.
- 29 Tidas como vestígios de atividades de paleoameríndios, as inscrições rupestres são consideradas pela legislação pertinente como monumentos arqueológicos ou pré-históricos.

À luz dos Decretos n.º 3.551/2000 e n.º 9.238/2017, julgue os itens que se seguem.

- 30 Têm legitimidade para provocar a instauração do processo de registro de bens culturais os entes públicos, sendo vedado esse papel à sociedade e às associações civis.
- 31 Embora deva promover a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural, o IPHAN não tem competência para elaborar diretrizes e normas para a preservação do patrimônio cultural, por ser esta uma competência do Poder Legislativo.
- 32 Entre os livros de registro de bens culturais elencados pelo Decreto n.º 3.551/2000 está o Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas de determinada comunidade.

Julgue os próximos itens à luz das portarias do IPHAN.

- 33** Portaria do IPHAN que trata sobre educação patrimonial estabelece diretrizes de preservação do patrimônio material no âmbito do IPHAN e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- 34** **Situação hipotética:** Determinada empreiteira construiu um prédio que reduziu parcialmente a visibilidade de uma edificação tombada pelo IPHAN. **Assertiva:** Nessa situação, de acordo com portaria do IPHAN, a construtora não estará sujeita a multa, tendo em vista que a prévia autorização desse órgão para a construção do prédio seria exigida somente se a visibilidade da edificação tombada fosse totalmente comprometida.
- 35** Estará sujeito a multa o proprietário de bem imóvel tombado que transferir esse bem para outra pessoa física sem observar o direito de preferência da União, do estado e(ou) do município, conforme o caso.
- 36** **Situação hipotética:** Ao realizar uma reforma em edificação tombada pelo IPHAN, a moradora mudou o estilo arquitetônico original do imóvel sem consultar o referido instituto. **Assertiva:** Nessa situação, conforme portaria do IPHAN, a ação modificadora seria possível; porém, por consistir em uma intervenção, só poderia ter sido levada a efeito mediante prévia autorização do citado órgão.
- 37** Segundo portaria pertinente do IPHAN, entendem-se como restauração os serviços que restabeleçam a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções.
- 38** O requerimento de chancela da paisagem cultural brasileira poderá ser dirigido para o presidente do IPHAN, para o ministro de Estado da Cultura ou para superintendências regionais do IPHAN.

Com base na Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (CPPMCN) e na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CSPCI), julgue os seguintes itens.

- 39** A CSPCI estabelece a constituição de um fundo fiduciário para a promoção dos objetivos de seu comitê.
- 40** A CPPMCN considera como patrimônio cultural natural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse.

No que se refere aos princípios e normas da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41** As fundações são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para desempenhar de forma descentralizada atividade típica de Estado.
- 42** É facultado às empresas públicas e às sociedades de economia mista adotar quaisquer formatos jurídicos empresariais, como, por exemplo, o de sociedade anônima ou o de sociedade cooperativa.
- 43** As entidades da administração indireta têm legitimidade ativa para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos, homogêneos e coletivos.

À luz da Lei n.º 8.112/1990, da Lei n.º 12.527/2011 e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens subsecutivos.

- 44** Em regra, a publicidade do ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade; por isso, a sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- 45** Servidor ocupante de cargo em comissão não poderá ser nomeado para outro cargo de confiança, nem mesmo interinamente.
- 46** Segundo dispositivo da Lei n.º 12.527/2011, informação classificada como sigilosa deve ficar restrita a pessoa devidamente credenciada que tenha necessidade de conhecê-la.

Julgue os próximos itens, referentes à gestão de pessoas.

- 47** Motivação e equilíbrio emocional estão relacionados com as formas e os meios que a organização utiliza para oferecer condições para que seus empregados sintam-se felizes e satisfeitos.
- 48** A remuneração por competência está relacionada com o grau de informação e o nível de capacitação de cada pessoa.

Com referência à gestão de processos, julgue os itens subsequentes.

- 49** Na organização gerida por processos, as tarefas são executadas sob rígida supervisão hierárquica.
- 50** Na fase da normatização da melhoria dos processos, são elaboradas as normas, os fluxos e a documentação de apoio, de modo a propiciar a operacionalidade dos processos.

**Espaço livre**